

## UM MAPA DOS TEATROS DE SALVADOR

Gisele Marchiori Nussbaumer<sup>1</sup>

João Vitor Vinhas, Lucas Lins, Nathália Leal, Plínio Rattes e Sheila Ahmad<sup>2</sup>

Apresenta-se um relato da primeira etapa do projeto *Equipamentos culturais de Salvador: públicos, políticas e mercados*, na qual foi feito o mapeamento e a descrição de 32 teatros da cidade. Esses teatros foram analisados comparativamente no que se refere à distribuição espacial, data de inauguração, natureza, capacidade de público, programação, entre outros aspectos que, em seu conjunto, colaboram para traçar um quadro da importância e do modo de inserção desses espaços na capital baiana.

Palavras-chave: equipamentos culturais, teatros soteropolitanos, políticas culturais

O trabalho que apresentamos é resultado da primeira etapa de desenvolvimento do projeto de pesquisa que tem como objetivo realizar um mapeamento dos equipamentos culturais de Salvador, descrevendo-os e analisando-os sob o ponto de vista dos seus públicos, dos segmentos de mercado onde se inserem e das políticas que interferem na sua gestão.

Cabe ressaltar que quando falamos em equipamentos culturais, estamos nos referindo, em particular, àqueles equipamentos mais convencionais: os teatros, as salas de cinema, os museus, as bibliotecas. Ou seja, espaços físicos de acolhimento e divulgação - por vezes também de criação - de práticas, bens e produtos culturais; espaços geridos, normalmente, por órgãos governamentais, pela iniciativa privada, por ONGs, ou associações comunitárias e culturais.

Desses equipamentos, na primeira etapa do trabalho (2005-2006) optamos por contemplar os teatros da cidade. Salas de cinema, museus, galerias e bibliotecas, bem como outros endereços de atividade cultural na cidade que escapam às definições mais tradicionais, serão objeto de levantamento e análise em etapas posteriores.

Para que se possa desenvolver uma análise dos equipamentos de uma determinada cidade, estado ou país, é fundamental conhecer, além de suas características principais, as políticas culturais que adotam e o contexto onde eles se inserem. Entende-se política cultural como “programa de intervenções realizadas pelo Estado, entidades privadas ou grupos comunitários com o objetivo de satisfazer as

---

<sup>1</sup> Profa. Adjunta da Faculdade de Comunicação da Universidade Federal da Bahia/UFBA - [gica@ufba.br](mailto:gica@ufba.br)

<sup>2</sup> Graduandos da Faculdade de Comunicação da UFBA, habilitação Produção em Comunicação e Cultura.

necessidades culturais da população e promover o desenvolvimento de suas representações simbólicas”<sup>3</sup>. Ressaltando-se, entretanto, que “tais necessidades da população não estão pré-fixadas, nem são neutras, mas resultam da compreensão e do significado que os agentes atuantes nos campos político e cultural têm dessas necessidades e dos interesses envolvidos”<sup>4</sup>.

Nessa perspectiva, política cultural é compreendida ainda como um conjunto de valores, princípios, instrumentos e atitudes que guiam todos aqueles que estão, de alguma forma, envolvidos na condução de ações na área da cultura - o que inclui as atividades dos equipamentos culturais, públicos e privados. Diferencia-se, assim, política de gestão, sendo a última responsável por organizar e gerir os meios disponíveis para execução do que foi estabelecido pela primeira.

Os equipamentos culturais de uma cidade fazem parte de um mercado, de um circuito organizado que depende das políticas culturais vigentes, dos segmentos que o constituem e das relações de poder que esses segmentos travam – relações que, em última instância, determinam os modos de funcionamento desse circuito na sociedade contemporânea.

Apesar da importância que tem o mercado da cultura para Salvador, inclusive - ou sobretudo - no plano econômico e turístico, a cidade parece não ser muito diferente de outras cidades brasileiras, como São Paulo e Rio de Janeiro, no que tange à distribuição espacial desigual e à falta de estudos mais abrangentes sobre seus equipamentos culturais.

Ao analisar a cidade de São Paulo, Isaura Botelho<sup>5</sup> demonstra que há um desequilíbrio e uma baixa correspondência entre o crescimento urbano e a distribuição dos equipamentos públicos e privados de cultura. São as áreas mais centrais e mais bem servidas em matéria de transporte público que concentram a maioria dos equipamentos, o que se explica, sobretudo, pelo perfil da população que habita essas regiões - aquelas parcelas da população que apresentam os índices mais altos de escolaridade e de renda familiar: “pode-se dizer que a mobilidade territorial e o uso de equipamentos culturais se convertem, cada vez mais, em direito e privilégio das classes com maior poder

---

<sup>3</sup> COELHO, Teixeira. *Dicionário Crítico de Política Cultural*. São Paulo: Iluminuras, 1997. p.293.

<sup>4</sup> BARBALHO, Alexandre. *Política cultural*. In: RUBIM, L. (org). *Organização e produção da cultura*. Salvador: EDUFBA, 2005. p.37.

<sup>5</sup> BOTELHO, Isaura. Os equipamentos culturais na cidade de São Paulo: um desafio para a gestão pública. *Revista Espaço e Debates*. São Paulo: Núcleo de Estudos Regionais e Urbanos. v.23. n.43-44. jan/dez, 2003.

aquisitivo”<sup>6</sup>. No que se refere aos teatros (e também as salas de concerto), conforme registra a autora, graças às leis de incentivo a cultura e benefícios fiscais, esses espaços tiveram, em São Paulo, um investimento significativo nos últimos anos, o que resultou na criação de salas luxuosas ligadas a empreendimentos financeiros como bancos e agências de crédito.

No Rio de Janeiro, ressaltam Lílian Vaz e Paola Jacques, o que igualmente se constata é uma grande concentração de equipamentos culturais em uma área central da cidade, “algumas concentrações em bairros das classes médias e uma enorme carência nos bairros populares, subúrbios e periferias”<sup>7</sup>. Parte significativa da cidade caracteriza-se como “zona sem cultura”, em que pese as ressalvas que se pode fazer a esta expressão, resultado de um modelo de desenvolvimento que estimula e acentua a desigualdade também no que se refere às possibilidades de lazer e fruição de bens culturais. As autoras apontam uma lógica de divisão de públicos-alvo, decorrente dos processos de revitalização urbana, que “faz com que apenas parte dos equipamentos culturais (museus, teatros, óperas, etc.) e suas vizinhanças sejam considerados pelas políticas culturais, pelos promotores e pelos visitantes”<sup>8</sup>.

Em relação a Salvador, são ainda mais raros e dispersos os estudos disponíveis a respeito dos equipamentos culturais da cidade; assim como não existem dados e informações sistematizadas que permitam avaliar o seu funcionamento, a efetiva utilização e a importância dos mesmos nos contextos onde se inserem. Não existe até o presente sequer um mapeamento sistemático e completo desses equipamentos. As duas únicas iniciativas que encontramos, nesse sentido, foram um *Guia de Equipamentos Culturais do Governo do Estado da Bahia*<sup>9</sup>, que oferece uma visão panorâmica e limitada dos equipamentos do Estado, e um *Guia Brasileiro de Produção Cultural*<sup>10</sup>, que lista apenas alguns endereços da cidade com uma breve descrição dos mesmos. Além dessas publicações, encontramos o Censo Cultural<sup>11</sup>, referente ao período de 1996 a 1998, que traz dados sobre equipamentos culturais, pontos turísticos e ações culturais

---

<sup>6</sup> BOTELHO. Op. cit. p.142.

<sup>7</sup> VAZ, Lílian; JACQUES, Paola. A cultura na revitalização urbana – espetáculo ou participação? In: *Revista Espaço e Debates*. São Paulo: Núcleo de Estudos Regionais e Urbanos. v.23. n.43-44. jan/dez, 2003. p.134.

<sup>8</sup> VAZ; JACQUES. Op. cit. p.137.

<sup>9</sup> *Guia de Equipamentos Culturais do Governo da Bahia*. Salvador: Fundação Cultural do Estado da Bahia, 2002

<sup>10</sup> NATALE, Edson; OLIVIERI, Cristiane. *Guia de Produção Cultural*. São Paulo: Zé do livro, 2003.

<sup>11</sup> Site da Secretaria Estadual da Cultura e Turismo.

da capital e de cidades do interior. No entanto, também esses dados são, em sua maior parte, meramente quantitativos - além de estarem, obviamente, desatualizados.

A pesquisa que estamos desenvolvendo visa, assim, a suprir a lacuna existente na medida em que tem como objetivo realizar o mapeamento, tão abrangente quanto possível, dos principais equipamentos culturais de Salvador, a começar pelos teatros.

### **Os teatros de Salvador**

O mapeamento inicial dos teatros de Salvador<sup>12</sup>, realizado ao longo de 2005, identificou 39 teatros na cidade. No entanto, sete desses não serão aqui considerados, por não se caracterizarem, de fato, como teatros. É o caso dos seguintes espaços: o Raul Seixas e o Yemanjá, que apesar de serem chamados de teatros são, pelas suas características, auditórios; Parque Costa Azul, Parque da Cidade e Concha Acústica do TCA, que são anfiteatros e não costumam contemplar as artes cênicas em sua programação; Casa do Teatro Popular, sala que abriga oficinas e cursos de formação de atores; por fim, Teatro do Museu de Arte Moderna, cujo espaço está reservado essencialmente para exposições.

Assim, temos registrados um total de 32 teatros em Salvador, sendo que, no presente, dois deles se encontram fechados temporariamente, para reforma: o Teatro Martim Gonçalves e o Cine-teatro Sesc-Senac Casa do Comércio. Os teatros em funcionamento são: Café-teatro Zélia Gattai, Cine-teatro do ICBA, Cine-teatro do ICEIA, Cine-teatro Solar Boa Vista, Espaço Xisto Bahia, Sala Principal do Teatro Castro Alves/TCA, Sala do Coro do TCA, Teatro ACBEU, Teatro Anchieta, Teatro Caballeros de Santiago, Teatro da Barra, Teatro Dias Gomes, Teatro Diplomata, Teatro do IRDEB, Teatro do ISBA, Teatro do Movimento, Teatro Gamboa, Teatro Gil Santana, Teatro Gregório de Mattos, Teatro Hora da Criança, Teatro Jorge Amado, Teatro Miguel Santana, Teatro Módulo, Teatro Molière, Teatro Salesiano, Teatro Sartre, Teatro Sesc-Senac Pelourinho (com dois espaços, o Principal e o Arena), Teatro SESI Rio Vermelho, Teatro Vila Velha (que inclui o espaço Cabaré dos Novos) e Theatro XVIII.

Para melhor conhecer esses teatros, elaborou-se um quadro de dados padrão e um roteiro para entrevistas com gestores desses espaços. Buscou-se, dessa forma,

---

<sup>12</sup> Essa etapa da pesquisa foi realizada com o apoio dos estudantes matriculados na disciplina Oficina de Análise de Públicos e Mercados Culturais, ministrada na Faculdade de Comunicação da UFBA, primeiro e segundo semestres de 2005.

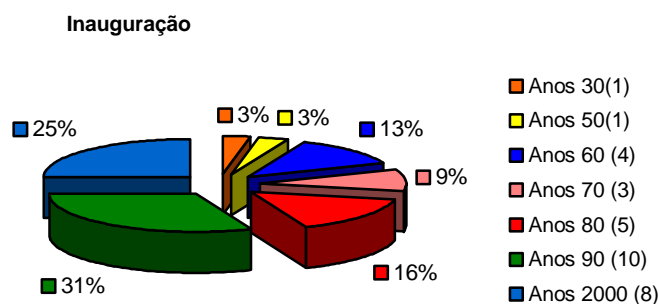
construir um quadro geral que permitisse uma análise comparativa dos espaços em seus principais aspectos (como localização, natureza, capacidade, horário dos espetáculos, programação predominante, preço médio de ingresso, preço de pauta, acesso a deficientes, entre outros) e, também, a padronização, em termos de conteúdo, da descrição feita de cada teatro.

Embora ainda não concluído, o mapeamento e a descrição dos 32 teatros de Salvador já possibilitam o desenvolvimento de algumas observações, de caráter parcial, que serão aqui apresentadas.

No que se refere à data de **inauguração**, o teatro mais antigo em funcionamento na cidade surgiu na década de 30, o Teatro do ICEIA, vinculado ao Governo Estadual. Na década de 50 foi criado o Teatro Martin Gonçalves, um espaço da Escola de Teatro da Universidade Federal da Bahia. Na década seguinte são inaugurados outros quatro teatros ainda em funcionamento: o Cine-Teatro do ICBA, o Teatro Castro Alves (Sala Principal), o Salesiano e o Vila Velha. Nos anos 70, surgem o Gamboa, o Sesc-Senac Pelourinho e a Sala do Coro do TCA. Na década de 80 a cidade ganha mais cinco teatros, na década de 90 mais dez e, mais recentemente, nos anos 2000, outros oito teatros são construídos.

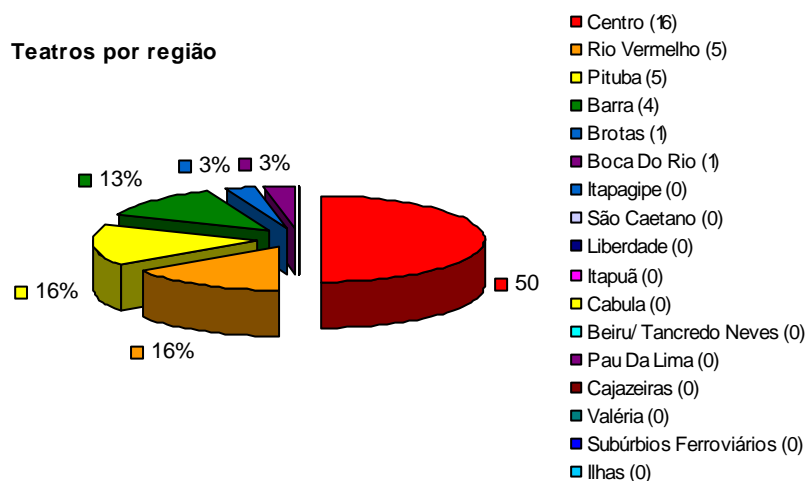
Quer dizer, 23 dos 32 teatros em funcionamento em Salvador foram construídos a partir dos anos 80, período em que se registra um *boom* neste segmento, marcado, em particular, pelo sucesso da peça *Bofetada*, que se torna um marco na história do teatro baiano. A *Bofetada*, da Companhia Baiana de Patifaria, assim como outras montagens que vieram depois, propunha-se a alcançar um público mais amplo e diversificado do que as duas linhas fortes do teatro baiano vivenciadas até o momento. Ou seja, por um lado tinha-se a apresentação de grandes espetáculos do sul do país, geralmente com preços de ingresso e endereço inacessíveis para o grande público; por outro, a característica fortemente experimental dos espetáculos acolhidos ou montados no Teatro Martin Gonçalves, no Cine-Teatro do ICBA e no Teatro Vila Velha – que atendem as demandas de um segmento mais familiarizado não apenas com as artes do espetáculo, mas também com o debate e a produção estética inovadores ou mesmo “contra-culturais”. Foi a partir da década de 80, reconfigurando esse contexto, que assistimos “a construção de novas salas de espetáculos, recuperação e/ou reforma de teatros já

existentes, além do advento de novos meios de fomento à produção, como os prêmios de montagem e circulação (através de editais), as leis de incentivo e os troféus”<sup>13</sup>.



Quanto à **distribuição espacial** dos teatros, percebe-se que a cidade segue a forte tendência verificada em outras capitais, como São Paulo e Rio de Janeiro. Em Salvador, 16 dos 32 teatros mapeados, isto é, 50% do total, estão localizados na região central da cidade, ou seja, em áreas de certa forma privilegiadas por uma infra-estrutura urbana de transporte coletivo e segurança pública.

Se considerarmos que Salvador se encontra dividida em 17 regiões administrativas<sup>14</sup> e que 11 delas não possuem um único teatro - assim como apresentam carências em relação a outros espaços culturais - temos uma dimensão do quanto essa tendência de concentração de equipamentos em determinadas regiões é significativa na cidade.



Nesse sentido, cabe lembrar que ao longo das duas últimas décadas, novos subcentros floresceram em Salvador e o centro tradicional, onde se encontra a maioria

<sup>13</sup> SOBREIRA, Sérgio. Públicos e Mercados Culturais para o Teatro Baiano. In: *Revista da Bahia*. Salvador, 32(37):74-81, primeiro semestre de 2003. p.75-76.

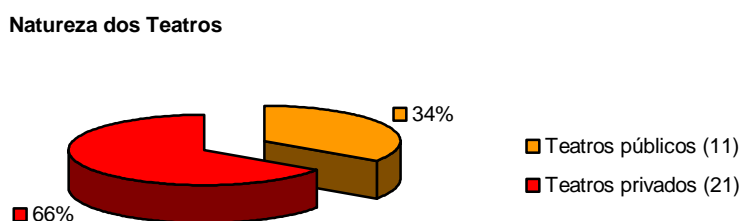
<sup>14</sup> Lei nº 3.688 de 25 de novembro de 1986.

dos teatros pesquisados, além de perder população residente, teve suas funções urbanas modificadas. Ou seja, partes significativas das moradias se distanciaram do centro e os equipamentos culturais, de modo geral, não acompanham esse movimento. Além disso, não se verifica em Salvador uma tendência comum a outras cidades, a de reversão de fluxos de residências em direção às suas áreas mais centrais.

As regiões do Rio Vermelho e da Pituba constituem exceções no quadro geral de distribuição espacial dos teatros na cidade, pois na década de 90 foram construídos dez novos teatros nesses bairros. Tal investimento se deu ao mesmo tempo em que esses locais passavam por um processo de revitalização urbana e iniciava-se um movimento de deslocamento da população de classe média para habitar ou freqüentar os mesmos.

Nesse contexto, infere-se que a maior parte da população não possui um teatro próximo de sua residência, enquanto uma pequena parcela, concentrada em apenas seis regiões da cidade, usufrui desse privilégio.

Em relação à **natureza** dos teatros de Salvador, temos 21 espaços (66%) pertencentes a instituições privadas e 11 (34%) pertencentes a órgãos públicos.



Dos 21 **teatros privados**, seis pertencem a escolas tradicionais: o Teatro Anchieta, o Diplomata, o do ISBA, o do Sartre, o Módulo e o Salesiano. O surgimento desses teatros deu-se entre os anos de 1997 e 2005, com exceção do último, que participa da cena cultural de Salvador desde 1961 (inicialmente como Cine-teatro Nazaré e, a partir de 2001, como Teatro Salesiano). É interessante notar que três desses seis teatros de escolas estão nos bairros Pituba e um em Ondina, ou seja, apesar de não se localizarem no centro da cidade, região de concentração do maior número de teatros, estão em bairros onde hoje há uma concentração do público de classe média.

Quatro teatros privados pertencem a associações culturais internacionais, o Caballeros de Santiago (Espanha); o Molière, da Aliança Francesa (França); o ACBEU (EUA); e o ICBA, do Instituto Goethe (Alemanha) - sendo que os dois últimos são os mais representativos da categoria. O primeiro, ACBEU, porque vem atendendo a uma demanda crescente dos grupos de teatro local por espaços onde possam apresentar seus

espetáculos; o segundo, o Cine-Teatro ICBA, porque funciona na cidade desde 1961 e, nessa década, chegou a ser considerado como “um grande pólo da cultura baiana”, local de resistência onde aconteciam reuniões de intelectuais, artistas e pesquisadores - o que ainda acontece, porém com menor impacto social ou político.

Outros quatro teatros estão ligados a entidades corporativas, é o caso do Teatro Sesi Rio Vermelho (Serviço Social da Indústria/SESI), do Teatro Dias Gomes (Sindicato dos Comerciários) e do Sesc-Senac Pelourinho e Cine-teatro Sesc-Senac Casa do Comércio (Serviço Social do Comércio/Sesc). Estes teatros conseguem colocar em prática uma política cultural relativamente dissociada de seus interesses estritos e comprometida com a oferta cultural ampla para o conjunto da população.

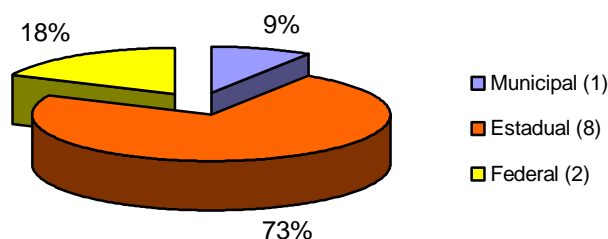
Além desses 14 teatros privados vinculados a escolas, associações culturais internacionais ou entidades corporativas, temos outros três que pertencem a sociedades civis (Teatro Vila Velha, Teatro da Barra e Teatro Hora da Criança), dois a pessoas físicas (Teatro Gamboa e Gil Santana), outro a uma fundação sem fins lucrativos (Café-teatro Zélia Gattai) e, por fim, um outro vinculado a uma escola de idiomas (Teatro Jorge Amado).

Em relação aos 11 **teatros públicos**, temos um municipal, oito estaduais e dois federais. O único teatro do município é o Teatro Gregório de Matos, que é precário em termos de infra-estrutura e equipamentos. Dos oito teatros do governo estadual, três não apresentam boas condições para acolher espetáculos teatrais - o Cine-teatro do ICEIA, o Cine-teatro Solar Boa Vista e Teatro do IRDEB -, o Espaço Xisto Bahia tem priorizado a área de dança em sua programação e o Miguel Santana é destinado, exclusivamente, as apresentações do Balé Folclórico da Bahia. Os dois teatros federais, o Teatro Martim Gonçalves e o Teatro do Movimento, ambos pertencentes à UFBA, têm sua pauta destinada, prioritariamente, as atividades das Escolas de Teatro e de Dança - funcionam como laboratórios para os alunos dos cursos oferecidos por essas instituições.

Verifica-se assim que, em pleno funcionamento, com possibilidade de obtenção de pauta pelos grupos teatrais e acesso do público (pagante), têm-se três teatros públicos em Salvador, todos do Governo do Estado: a Sala do Coro do TCA, a Sala Principal do TCA e o Teatro XVIII - sendo que este último é administrado por uma ONG em regime de comodato.



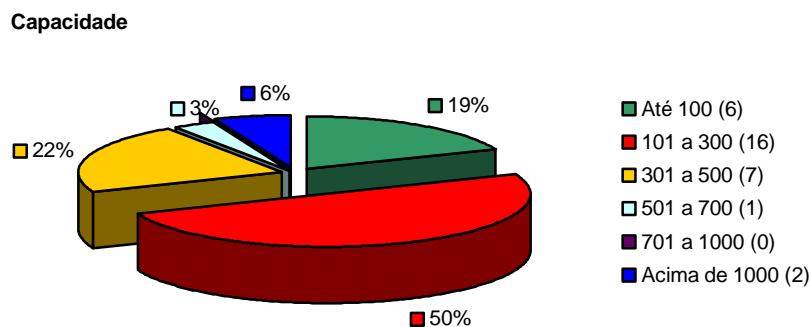
Teatros Públicos



A respeito da **capacidade** física dos teatros em termos de público, temos dois espaços de grande porte, o Cine-Teatro do ICEIA (1.500 lugares) e a Sala Principal do Teatro Castro Alves (1.554 lugares), ambos do Governo do Estado. O primeiro, por conta de problemas acústicos e da ausência de equipamentos de som e iluminação adequados à realização de espetáculos teatrais, funciona apenas como teatro comunitário, espaço reservado para produções amadoras e oficinas de formação de atores. Já o segundo, devido a sua localização privilegiada e à infra-estrutura que oferece, é hoje o teatro mais tradicional da cidade, tendo sido responsável por colocar Salvador de volta ao circuito nacional e internacional das apresentações artísticas.

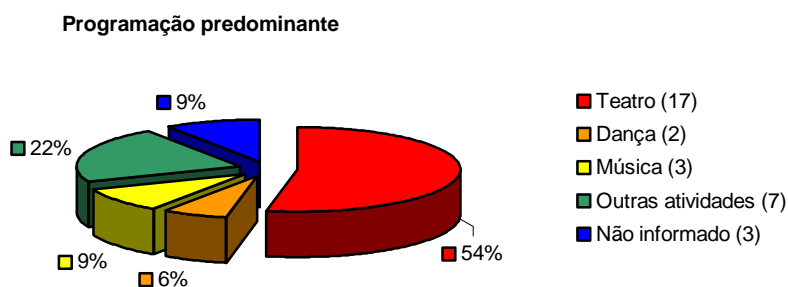
Oito teatros podem ser considerados de médio porte, ou seja, possuem capacidade para 301 a 700 pessoas. Desses, um (o Sartre) não possui pauta comercial e outro (o Cine Teatro Sesc-Senac Casa do Comércio) não está em funcionamento há dois anos. Ou seja, restam seis teatros de médio porte a disposição dos artistas, grupos e produtores culturais: o Teatro ISBA (495 lugares), o Teatro Salesiano (482 lugares), o Teatro Diplomata (453 lugares), o Teatro Jorge Amado (420 lugares), o Teatro Solar Boa Vista (350 lugares) e o Teatro ACBEU (409 lugares).

A maior parte dos teatros (22) da cidade é de pequeno porte, tendo capacidade para até 300 espectadores.



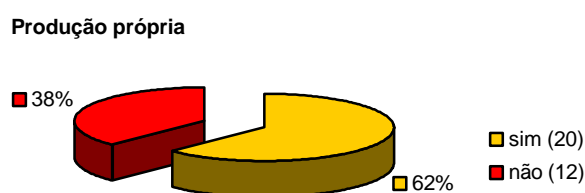
Quanto à **programação**, em 17 dos 32 teatros soteropolitanos as artes cênicas aparecem como linguagem predominante. Dentre eles destacam-se a Sala do Coro do TCA, o Theatro XVIII, o Teatro Vila Velha, o Teatro Sesi Rio-Vermelho, o Teatro do ACBEU, o Teatro Molière e o ISBA por terem a maior parte de suas pautas ocupadas com produções teatrais de grupos locais.

Constata-se ainda, no que se refere à programação, uma significativa presença de espetáculos musicais em equipamentos que seriam destinados, a priori, às artes cênicas. É o caso da Sala Principal do Teatro Castro Alves, onde em torno de 60% da pauta, em 2004/2005, foi ocupada por shows musicais. Nesse sentido, observa-se que, apesar do grande número de grupos musicais atuantes e com produção regular intensa na cidade, faltam casas de espetáculos destinadas a este segmento que ofereçam o mesmo profissionalismo atualmente encontrado nos teatros. O fato de 9% dos teatros da cidade terem sua pauta ocupada mais com shows musicais do que com espetáculos teatrais é, nesse caso, revelador. Ressalta-se que, na maioria dos casos, este segmento artístico ocupa o segundo lugar nos demais teatros no que se refere à programação predominante.



Ainda vinculado à questão da programação, destacamos o número significativo de teatros que possuem algum tipo de **produção própria**, seja através de grupos residentes, corpos estáveis ou projetos: 20, isto é, 68% do total de teatros da cidade. Dentre eles, podemos destacar o Teatro Castro Alves, que possui o Balé do Teatro

Castro Alves/BTCA, a Orquestra Sinfônica da Bahia/OSBA e o Núcleo de Teatro; o Teatro Vila Velha, que abriga seis grupos residentes - Cia Teatro dos Novos, Bando de Teatro Olodum, A Outra Cia de Teatro, Cia. Novos Novos, Vilavox e Viladança (que, juntos, ocupam em torno de 80% da pauta do espaço); e o Teatro Sesc-Senac Pelourinho, que desenvolve inúmeros projetos, como o Sonora Brasil, o Palco Giratório, a Mostra Sesc de Artes Pelourinho e o Viva o Teatro. Há ainda espaços que reservam suas pautas para realização de cursos, seminários, oficinas, palestras, etc, como é o caso do Cine-Teatro do ICBA.



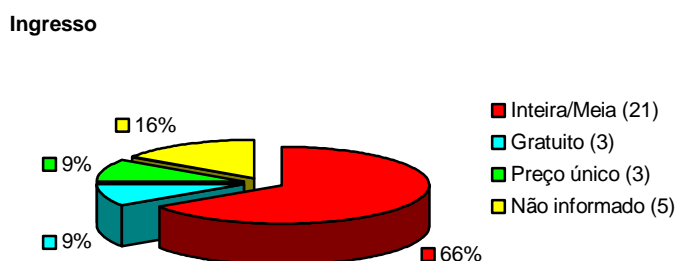
A presença marcante, em maior ou menor medida, de grupos residentes, corpos estáveis ou projetos próprios é louvável e pode vir a ser considerada como um diferencial significativo de teatros de Salvador. No entanto, ainda é preciso analisar como esses grupos e projetos funcionam, em que medida representam políticas amplas de democracia e cidadania cultural (cultura por todos) ou, simplesmente, políticas de democratização e acesso cultural (cultura para todos).

Em uma cidade como Salvador, onde a produção cultural e a procura por pauta são intensas, o fato da maior parte das montagens encenadas em espaços importantes, como o Theatro XVIII e o Teatro Vila Velha, por exemplo, serem de seus próprios integrantes tem dado margem a críticas no sentido de que esses teatros se tornaram de uso privado – apesar do número e da diversidade de grupos que eles abrigam, sobretudo o último. É preciso registrar, no entanto, que esses dois espaços se destacam entre os teatros da cidade por sua intensa atividade, qualidade da programação, políticas de preços adotada e ainda pelas formas alternativas de gestão e conquista de públicos fiéis.

Em relação aos **ingressos**, 66% dos teatros soteropolitanos adotam o sistema de meia-entrada. Destacam-se, entre estes, os teatros de maior porte e aqueles que têm os preços dos ingressos mais elevados, como o Teatro Castro Alves, o Teatro Jorge Amado e o ISBA. Três teatros oferecem ingressos a preço único: o Cine-Teatro ICBA, com os valores que variam de dois a cinco reais, o Theatro XVIII, que estipulou o preço de quatro reais de ingresso para qualquer produção apresentada na casa e, por último, o Teatro Miguel Santana, que cobra vinte reais. Apesar de alguns desses valores estarem

abaixo do valor médio cobrado como meia-entrada nos demais teatros, esses espaços ignoram a Lei Estadual nº 5.894, de 27 de julho de 1990, que garante a todos os menores de 18 anos, idosos acima de 60 anos e estudantes o direito a meia-entrada em estabelecimentos culturais.

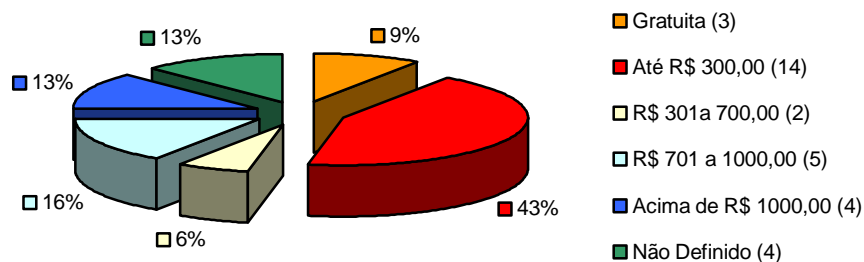
Apenas três teatros soteropolitanos têm acesso gratuito na maioria dos eventos: o Martim Gonçalves (UFBA), que está fechado para reformas há pelo menos quatro anos; o Teatro do Movimento (UFBA), com pauta e programação restritas; e o Teatro do IRDEB (Estadual), que tem sido utilizado quase que exclusivamente para gravação de programas da TVE. Quer dizer, nenhum dos teatros com acesso gratuito possui hoje uma inserção significativa no mercado teatral da cidade.



Quanto ao preço de aluguel de **pauta**, somente três dos 32 teatros de Salvador possuem pauta gratuita, todos de natureza pública: o Teatro Martim Gonçalves, o Teatro do Movimento e o Teatro XVIII. No entanto, o primeiro e o segundo, como já ressaltamos, são destinados, prioritariamente, a montagens ou espetáculos didáticos (atividades curriculares) das companhias e grupos das Escolas de Teatro e de Dança da UFBA. Ou seja, resta apenas o Teatro XVIII como opção para aqueles artistas e grupos que buscam espaços com pauta gratuita. Mesmo assim, é preciso lembrar que neste teatro a maior parte da programação é ocupada com produções e projetos próprios e que, para conseguir espaço na pauta que resta livre, é preciso passar por um processo de seleção.

A maior parte dos teatros da cidade, 14, o que corresponde a 43%, cobra uma taxa média de até trezentos reais por dia para sua utilização; em sete a pauta custa entre trezentos e mil reais e em quatro teatros o valor é acima de mil reais. O Teatro Castro Alves, o mais conhecido e tradicional da cidade, cobra por um dia de pauta entre sete e quinze mil reais. O Teatro Dias Gomes possui uma particularidade: é o único teatro que cobra por hora de uso do espaço.

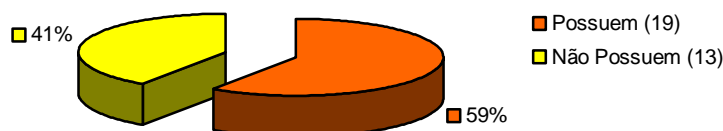
Valor da pauta



Tais dificuldades no que tange a obtenção de pauta justificam, a nosso ver, o diagnóstico de uma precariedade de espaços destinados ao teatro na cidade, apesar do visível aumento no número de equipamentos disponíveis nos últimos anos. Ou seja, a disponibilidade de espaços está aquém da demanda da produção teatral local.

Outra questão, hoje considerada relevante, diz respeito ao **acesso a deficientes** físicos. Dos teatros pesquisados, 19 dispõem de condições adequadas para atender as determinações legais nesse aspecto.

Acesso à deficientes

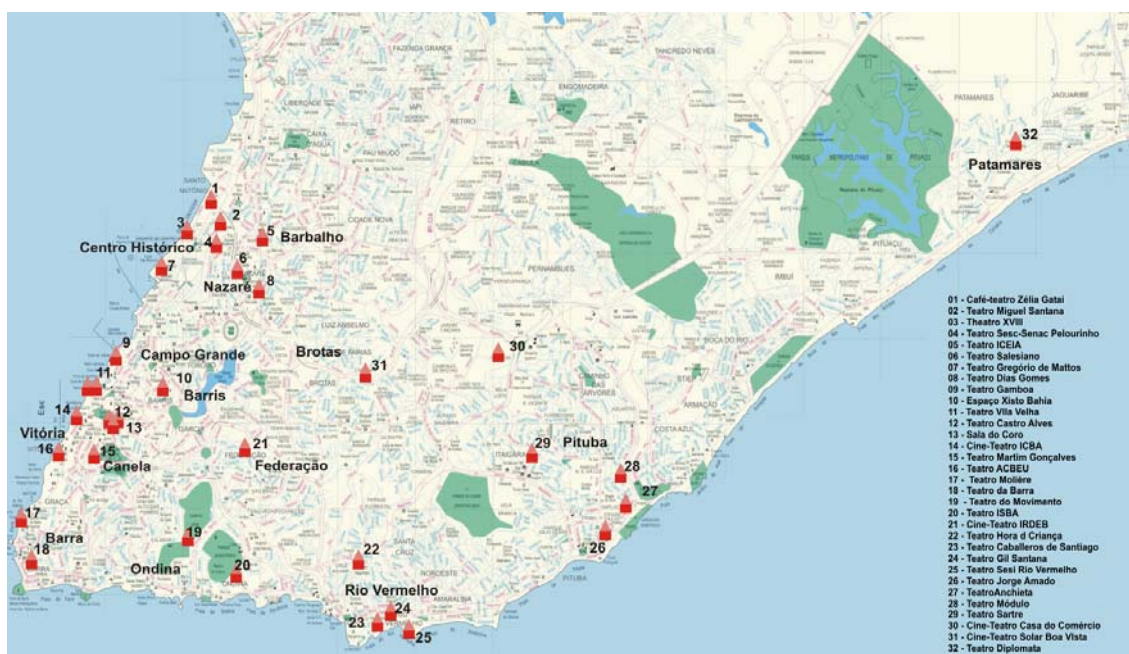


Dos 13 teatros que não possuem condições especiais de acesso, um deles, o Teatro XVIII, localiza-se em um prédio tombado pelo Patrimônio Histórico, no Pelourinho. Em decorrência deste fato, não há permissão para que se altere a estrutura física do espaço para atender à legislação.

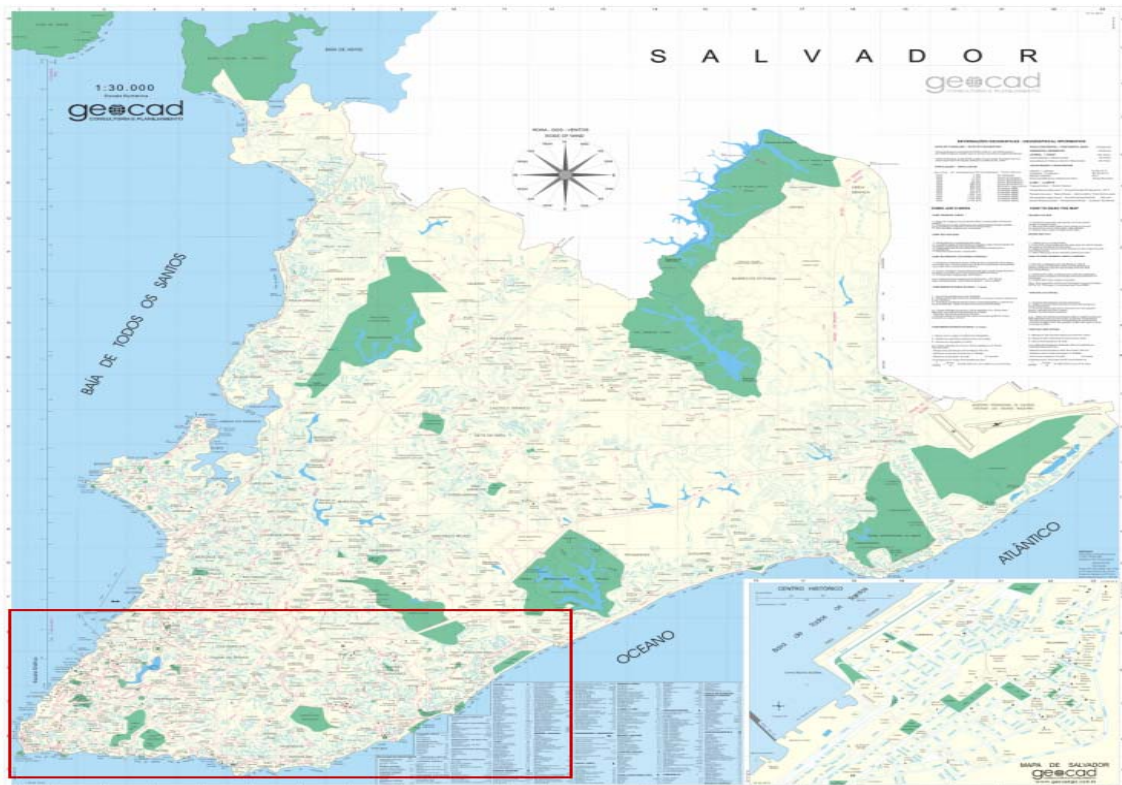
### Considerações finais

Dos 32 teatros em funcionamento em Salvador, 23 foram construídos a partir dos anos 80, o que demonstra que há um movimento contínuo, desde então, no sentido de atender uma demanda da classe artística e da população por mais espaços para as artes cênicas na cidade.

Metade dos teatros de Salvador, no entanto, estão localizados na região central da cidade, em bairros privilegiados por uma infra-estrutura urbana de transporte coletivo e segurança pública. É revelador, nesse caso, o fato de 11 das 17 regiões administrativas da cidade não possuírem um único teatro. Com exceção de um, todos os outros 31 teatros de Salvador estão concentrados em uma área que vai do Centro Histórico a Pituba. Basta observar a distribuição dos teatros nos mapas abaixo para perceber a maior parte da população soteropolitana não possui um único teatro próximo de sua residência.







Para além da distribuição espacial, ressaltamos ainda que a maioria dos teatros de Salvador (73%) estão vinculados a instituições privadas. O investimento nesse equipamento cultural parece estar sendo levado adiante, nas últimas décadas, sobretudo pela iniciativa privada, em particular por escolas tradicionais da cidade, associações culturais internacionais e entidades corporativas.

Dos onze teatros públicos, apenas três estão em pleno funcionamento, todos estaduais, sendo um deles é administrado por uma ONG em regime de comodato. Registra-se, assim, a importância e a influência do Governo do Estado da Bahia, que detém e gere a maioria dos teatros públicos, no quadro geral de análise dos teatros da cidade. No que tange ao Governo do Município, enquanto este possui um único teatro, em situação precária, a administração da cidade de São Paulo, por exemplo, possui sete teatros relativamente descentralizados e mantidos pela sua prefeitura, além do Teatro Municipal (1911). Nas últimas décadas, quando Estado e Município estiveram sob a responsabilidade de um mesmo grupo ou partido político verificou-se o esvaziamento das responsabilidades da administração municipal com a cultura, pois os investimentos passaram a ser predominantemente do Governo do Estado e vinculados à questão do turismo.

Em 17 dos 32 teatros pesquisados as artes cênicas aparecem como linguagem predominante. No entanto, constata-se uma significativa presença de shows musicais

nesses espaços, o que aponta para a falta de casas de espetáculos destinadas a este segmento que ofereçam o mesmo profissionalismo e infra-estrutura encontrada nos teatros. Para atender a demandas de grupos e companhias teatrais profissionais, Salvador dispõe apenas de um único teatro de grande porte (1.554 lugares) e de seis teatros de médio porte (mais de 300 lugares), sendo que na maioria desses teatros o valor da pauta é superior a mil reais. Em vários teatros da cidade percebe-se ainda que há uma falta de critérios claros no que tange a seleção dos espetáculos ou projetos que irão fazer parte da programação. Quanto aos ingressos, nenhum dos três teatros (todos públicos) que trabalham com acesso gratuito está em funcionamento. Em relação à pauta, a cidade dispõe de apenas um teatro como opção para aqueles artistas e grupos que buscam pauta gratuita, entretanto, a maior parte de sua programação é constituída por produções próprias.

Outro problema comum à parte considerável dos teatros de Salvador é dificuldade de manutenção e a dependência de patrocinadores via leis de incentivo a cultura, aspecto cuja análise incontornavelmente conduzirá à avaliação das políticas públicas de cultura hoje em vigor. Não possuir pesquisas sistemáticas de público também é uma característica dos teatros da cidade. Aqueles que disponibilizam algum tipo de questionário ou formulário para os seus frequentadores, o fazem, normalmente, visando apenas a construção de um cadastro para envio de malas-diretas. Alguns ainda conseguem, de forma limitada, conhecer um pouco o perfil de seus públicos; outros possuem dados referentes ao número de pessoas que frequentam o espaço; e outros, ainda, não têm qualquer registro ou desenvolvem qualquer iniciativa no sentido de conhecer seus públicos.

Nesse sentido, questiona-se até que ponto são válidas iniciativas ou políticas de “formação, diversificação ou fidelização de públicos”. Como criar políticas culturais sem conhecer ou considerar a quem elas se destinam - ou a quem poderiam se destinar, no caso de públicos potenciais? Como pensar políticas de acesso aos equipamentos culturais sem levar em consideração que um terço da população da cidade sequer utiliza ônibus, locomove-se a pé ou de bicicleta?

Esses aspectos detectados pela pesquisa indicam, em Salvador, tanto a ausência de políticas públicas que equacionem a oferta de espaços para os criadores, especialmente os grupos emergentes, quanto a ausência de um planejamento da oferta cultural que não tenha como alvo os segmentos da população com maior poder



aquisitivo, menor circulação em áreas centrais da cidade e menor familiaridade com espetáculos teatrais.

Em nossa pesquisa, além de mapear os teatros da cidade, buscamos também conhecer, analisar e avaliar a variedade de públicos desses espaços, as influências das políticas culturais na condução dos mesmos e os diferentes segmentos de mercados que envolvem ou determinam a cena cultural soteropolitana - constituída em torno de espaços que, ao fim e ao cabo, contribuem para criar ou forjar imagens da cidade.

Para finalizar, registramos que, paralelamente às investigações, está prevista a construção de um acervo de dados aberto à consulta. Esperamos que outros pesquisadores, instâncias governamentais, iniciativa privada, gestores, produtores, artistas e demais interessados no setor da cultura possam vir a usufruir deste trabalho de mapeamento dos equipamentos culturais de Salvador.

### **Referências bibliográficas**

BARBALHO, Alexandre. *Política cultural*. In: RUBIM, L. (org). *Organização e produção da cultura*. Salvador: EDUFBA, 2005.

BOTELHO; Isaura; FIORE, Maurício. *O uso do tempo livre e as práticas culturais na região metropolitana de São Paulo*. Relatório da Primeira Etapa da Pesquisa. Centro de Estudos da Metrópole – CEBRAP. Abril de 2005.

BOTELHO, Isaura. Os equipamentos culturais na cidade de São Paulo: um desafio para a gestão pública. *Revista Espaço e Debates*. São Paulo: Núcleo de Estudos Regionais e Urbanos. v.23. n.43-44. jan/dez, 2003.

COELHO, Teixeira. *Dicionário Crítico de Política Cultural*. São Paulo: Iluminuras, 1997.

*Guia de Equipamentos Culturais do Governo da Bahia*. Salvador: Fundação Cultural do Estado da Bahia, 2002

NATALE, Edson; OLIVIERI, Cristiane. *Guia de Produção Cultural 2004*. São Paulo: Zé do livro, 2003.

SOBREIRA, Sérgio. Públicos e Mercados Culturais para o Teatro Baiano. In: *Revista da Bahia*. Salvador, 32(37):74-81, primeiro semestre de 2003.

VAZ, Lilian; JACQUES, Paola. A cultura na revitalização urbana – espetáculo ou participação? In: *Revista Espaço e Debates*. São Paulo: Núcleo de Estudos Regionais e Urbanos. v.23. n.43-44. jan/dez, 2003.